



08 de março de 2023

Tema – “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil” e “A utilização do índice de pobreza multidimensional no Programa Territórios Sociais na cidade do Rio de Janeiro”.

Palestrantes – Danilo Moura, Oficial de Monitoramento e avaliação do UNICEF no Brasil; Andrea Pulici, Coordenadora técnica de projetos especiais do IPP e Bianca Medina, assistente social do IPP.

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de março de 2023

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

“As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil” e “A utilização do índice de pobreza multidimensional no Programa Territórios Sociais na cidade do Rio de Janeiro”.

Estiveram presentes nesta reunião os conselheiros titulares e suplentes conforme lista de presença em anexo.

Estiveram ainda na reunião convidados e técnicos do Instituto Pereira Passos que trabalham com a temática apresentada.

O Presidente do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, dando as boas vindas para a reunião e agradecendo os palestrantes convidados. A seguir, a presidente do Conselho de Informações iniciou uma fala de abertura explicando o tema do encontro, sua importância e apresentou os convidados.

Após esta apresentação, a palavra passou para o palestrante do dia, **Danilo Moura, Oficial de Monitoramento e avaliação do UNICEF no Brasil; Andrea Pulici, Coordenadora técnica de projetos especiais do IPP e Bianca Medina, assistente social do IPP.**

Começamos pela apresentação do trabalho do UNICEF Brasil, que tem como objetivo a apresentação do segundo relatório sobre pobreza multidimensional no Brasil. Danilo inicia sua fala contextualizando a importância do estudo e as diferenças metodológicas desta segunda versão para a primeira. UNICEF Brasil publicou seu primeiro estudo sobre a pobreza multidimensional na infância e na adolescência, em 2018 com base em dados do período de 2005 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Com mudanças nas coletas do IBGE e em função da Pandemia 2019, os resultados apresentados nessa segunda versão do estudo não podem ser comparados com os primeiros resultados,

mas além de mapear as múltiplas dimensões da pobreza (alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação), este estudo do UNICEF, como o anterior, categoriza as privações em intermediária (acesso ao direito de maneira limitada ou com má qualidade) e extrema (sem nenhum acesso ao direito), de acordo com critérios como faixa etária, dados disponíveis e legislação do País.

Na apresentação dos resultados, traz os desafios que o país precisa superar: a pobreza multidimensional na infância e na adolescência atingia 63,1% da população brasileira de até 17 anos, segundo o UNICEF, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2019. Esse percentual corresponde a 32 milhões de crianças e adolescentes, do total de 50,8 milhões – um contingente maior do que a população de muitos países latino-americanos e que a soma do total de habitantes das sete cidades mais populosas do Brasil. Esse cenário se tornou ainda mais desafiador por conta da pandemia, porque, apesar dos avanços em determinadas áreas até 2019, entre 2020 e 2022 houve piora em alguns indicadores que compõem a pobreza multidimensional, de acordo com os dados disponíveis analisados pelo UNICEF.

Entre 2020 e 2021, o contingente de crianças e adolescentes com privação no acesso à alimentação passou de 16,1% para 25,7%. O analfabetismo também voltou a subir, assim como as privações de renda. Em 2021, o percentual de crianças e adolescentes de famílias com renda abaixo da linha de pobreza monetária extrema alcançou o maior nível dos últimos cinco anos: 16,1% (ante 13,8%, em 2017)

Em 2019, 6 das 27 unidades da federação apresentavam mais de 90% das crianças e dos(as) adolescentes privados(as) de algum dos direitos analisados neste estudo. Apenas no Distrito Federal e em três estados do Sudeste o percentual de privação de crianças e adolescentes foi inferior a 50%

Na última década, entre 2009 e 2018, o número de crianças e adolescentes com privação extrema deste direito — o que significa viver em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, e cujo padrão de alimentação não é considerado apropriado pela própria família — foi reduzido pela metade. Essa diminuição foi observada em praticamente todos os estados e para todos os grupos, especialmente crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, que registraram uma queda de 17% para 7,6%.

Em 2019, mais de 4 milhões de crianças e adolescentes apresentavam alguma privação no direito à educação no Brasil — ou seja, estavam em idade escolar e não frequentavam um estabelecimento educacional (privação extrema); ou frequentavam a escola, mas com atraso ou sem estar alfabetizados(as) na idade certa (privação intermediária).

No Brasil, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exerciam algum tipo de trabalho infantil em 2019.¹⁴ Neste estudo, foram consideradas duas formas de privação em relação ao trabalho infantil, intermediária e extrema, de acordo com a idade e o número de horas trabalhadas remuneradas e/ou dedicadas às tarefas domésticas por semana.

Termina sua apresentação com algumas recomendações: “diante da gravidade desse cenário, é urgente priorizar as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, mesmo em um contexto de crise econômica, para reduzir as privações e retomar o caminho da evolução na proteção dos direitos dessa população”.

É preciso ainda investir em propostas que beneficiem não só as crianças e os(as) adolescentes, mas também mães, pais e responsáveis, especialmente os(as) mais vulneráveis. Em 2015, o Brasil e outros 192 países aderiram à Agenda 2030, visando alcançar até 2030 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Onze dos 17 ODS têm relação direta com os direitos das crianças e dos(as) adolescentes. A garantia de um presente e de um futuro sem privações para todas as crianças e adolescentes do Brasil, sem exceção, é, portanto, fundamental para o cumprimento da Agenda 2030.

A seguir, Andrea Pulici e Bianca Medina iniciam sua apresentação que tem como objetivo a apresentação da utilização do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM, como ferramenta de identificação das famílias mais vulneráveis do Programa Territórios Sociais.

O programa visa a redução das desigualdades das famílias mais vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, principalmente as que ainda estão invisíveis para as políticas públicas. O programa trabalha em 3 pilares: busca ativa, plano integrado de ação e monitoramento. Desenhado sob a ótica de avaliação de política pública, busca a utilização de índices e indicadores para a seleção dos territórios que vai atuar e a identificação e monitoramento das famílias.

No caso específico do IPM, ele é utilizado para a identificação das famílias classificadas como as mais vulneráveis (objeto de intervenção do programa) bem como é utilizado 1 ano após a entrada da família no Programa para avaliar o quanto a família conseguiu superar as suas desigualdades.

Na apresentação, foram apresentados alguns dados da busca ativa bem como alguns resultados do programa, onde temos que 84% das famílias que passaram pelo protocolo integrado apresentaram superação da vulnerabilidade.

Após a apresentação, foram abertas perguntas e considerações dos conselheiros, que foram prontamente respondidas.

Não havendo mais considerações dos conselheiros, a presidente do conselho, Andrea Pulici, deu as considerações finais, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

Em anexo a essa ata segue a lista de presença e apresentação realizada pelos palestrantes.

LISTA DE PRESENÇA CONSELHEIROS / SUPLENTE

Reunião – CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Data: 08/03/2023

MEMBRO / ORGÃO
ANDREA PAULO DA CUNHA PULICI IPP
ADRIANA LIMA (CONSELHO DE FAVELAS)
MAURÍCIO EIRAS MESQUITA (SECOVI)
SÉRGIO BESSERMAN VIANNA (AMBIENTALISTA)
ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO (UFRJ)
ARÍCIA FERNANDES CORREIA (UERJ)
FERNANDA FURTADO (UFF)
WALDIR RUGERO PERES (INSTITUTO RIO METRÓPOLE)
CLAUDIO STENNER (IBGE)
MAURO OSORIO DA SILVA (ECONOMISTA)
CARLA BERNADETE MADUREIRA CRUZ (UFRJ)
DANIEL GLEIDSON MANCEBO DE ARAUJO SMFP
ANA CARLA BADARÓ MOREIRA PRADO COR
PAULA FRIAS DOS SANTOS (INSTITUTO REPÚBLICA)
CAMILA PEREIRA (ISP)
LUCAS MARTINS DE SOUZA (CASA FLUMINENSE)
JULIANA BASTOS LOHMANN (SEBRAE-RJ)